

**BOA VISTA**



*Dra. Dulcemary C. da Silva*  
OAB/RR 306-B

**Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível I desta  
Comarca de Boa Vista/RR:**

Processo n.º 0800547 - 63.2020.8.23.0010

**ANTONIO SOUSA DE BRITO**, parte apelante, já qualificada nestes autos da Ação de Responsabilidade Civil Objetiva, que contende com a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S. A.**, parte apelada, legalmente representada, volta digna presença de Vossa Excelência, inconformada com a R. sentença proferida nos presente autos, *Data Vênia*, vem da mesma apelar para o E. Tribunal *ad quem*, pelos motivos constantes das razões anexas.

Inicialmente informa o apelante que deixou de juntar o comprovante de pagamento das custas, vez que a apelanter é beneficiária da Assistência Judiciária.

Nestes Termos, sendo o presente recurso recebido em seus efeitos legais, após processados os autos e cumpridas as formalidades legais, requer que as **RAZÕES DE APELAÇÃO** sejam remetidas ao Egrégio Tribunal para superior apreciação.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Boa Vista/RR, 04 de maio de 2020

**Dulcemary Cardoso da Silva**  
OAB/RR 306-B

**INTERPOSIÇÃO**



*Dra. Dulcemary C. da Silva*  
OAB/RR 506-B

**Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de  
Justiça do Estado de Roraima**

**Apelante: ANTONIO SOUSA DE BRITO**

**Apelado: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S. A.**

**Colenda Turma,**

**Doutos Julgadores,**

## **RAZÕES DA APELAÇÃO**

### **1- Da decisão recorrenda**

Inicialmente informa o apelante que deixou de juntar o comprovante de pagamento das custas, vez que é beneficiária da Assistência Judiciária.

A decisão de primeira instância proferida nos autos, não fez justiça ao apelante, *Data Vênia*, deixou de apresentar motivação para formar o convencimento, não fez a devida apreciação das provas carreadas para autos, assim, não foi cumprida a prestação jurisdicional, portanto, haverá de ser reparado pelo E. Tribunal *ad quem*, no reexame da matéria que certamente, culminará na reforma do julgado recorrido

**INTERPOSIÇÃO**



Dom Dulcemary C. da Silva  
OABRR 506-B

Cumpre informar que ao ingressar com a presente Ação, a apelante teve o seu processo extinto pelo MM juízo *a quo*, por entender que o apelante em razão da não consolidação das lesões, e por conseguinte, da ausência de invalidez permanente total ou parcial, não há que se falar, na espécie, em interesse processual, desta, sob o prisma da utilidade e da necessidade do profimento jurisdicional ora pleiteado.

Entretanto, com a determinação de produção de provas para prosseguimento do feito, o MM juiz nomeou a Dr. Rogério L. P. Dias para exercer a função de Auxiliar da Justiça.

Com a realização da Perícia Médica o I. Perito expediu o Laudo exarando que na presente data não tem causa a dosar o grau de sequela, pois não esgotou a possibilidade de tratamento "TFD crúrgico". O que se vê é um Laudo Inconclusivo, ou seja, a matéria não foi suficientemente esclarecida.

Posteriormente informou ao MM Juiz Singular que;

"...Pois bem. No caso em tela, o laudo de lesão corporal juntado no EP 29 explicitou que não é possível aferir o grau de sequela da parte autora, em virtude de ainda não terem sido esgotados os possíveis tratamentos da lesão.

Essa constatação torna inviável o prosseguimento do feito, pois sem o esgotamento dos tratamentos não há como concluir se autor apresenta invalidez permanente ou não, o que torna inócua a presente demanda.

Sendo assim, pelo aspecto fático e fundamentos jurídicos expostos, tenho por bem extinguir o processo sem resolução do mérito, por ausência de interesse processual, na forma do artigo 485, inciso VI, do CPC."

Em razão disso, até em nome da economia processual, a parte autora . solicitou o sobrestamento do processo, para ver se consegui a liberação do TFD, o que foi totalmente desprezada pelo juiz *a quo*, ao prolatar a Sentença de piso.

O autor pretende um esclarecimento da matéria com a realização de Nova Perícia.



Uma vez que que faz necessário a liberação do TFD para continuidade do tratamento, para posterior avaliação.

Assim, proferiu a Sentença;

A ausência de consolidação da lesão, tal qual consignado pelo perito designado pelo Juízo é causa que impede o prosseguimento da demanda.

...

Sendo assim, pelo aspecto fático e fundamentos jurídicos expostos, tenho por bem extinguir o processo sem resolução do mérito, por ausência de interesse processual, na forma do artigo 485, inciso VI, do CPC.

Custas e honorários pela parte autora, estes fixados em 10% sobre o valor da causa; suspensa a exigibilidade, contudo, em razão da parte autora ser beneficiária da gratuidade da justiça (art. 98, §3º, CPC).

Se for o caso, expeça-se o respectivo alvará (ou transferência bancária) de levantamento dos honorários periciais.

Intimem-se.

Transitada esta decisão em julgado, certifique-se e archive-se.

Assim, relatado deixou de apresentar motivação para formar o convencimento, não fez a devida apreciação das provas carreadas para autos, portanto, haverá de ser reparado pelo E. Tribunal *ad quem*, no reexame da matéria que certamente, culminará na reforma do julgado recorrido,

Como se vê, não poderia presente processo ser extinto, sob o argumento que *Enquanto não consolidada a lesão física sofrida pelo autor, em decorrência do*